

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

RESOLUÇÃO NÚMERO 264

(Aprovada na Segunda Reunião Plenária, em 14 de abril de 1973)

PRORROGAÇÃO DO CONVÊNIO INTERNACIONAL DO CAFÉ DE 1968

O Conselho Internacional do Café,

Considerando que o Convênio Internacional do Café de 1968 permanecerá em vigor até 30 de setembro de 1973, sujeito às disposições do Artigo 69;

Que o tempo indispensável para negociar um novo convênio e para completar as formalidades e procedimentos constitucionais necessários à sua aprovação, ratificação ou aceitação não permitirá a entrada em vigor desse convênio em 1 de outubro de 1973;

Que o parágrafo 2) do Artigo 69 permite ao Conselho prorrogar, com ou sem modificações, o Convênio Internacional do Café de 1968; e

Que a fim de dar tempo para a negociação de um novo convênio, convém prorrogar o Convênio Internacional do Café de 1968,

Resolve 1. Que, com as modificações indicadas no Anexo 1 a esta Resolução, o Convênio Internacional do Café de 1968 é prorrogado até 30 de setembro de 1975.

2. Que o Convênio Internacional do Café de 1968 prorrogado de conformidade com as disposições do parágrafo 1 da presente Resolução, permanecerá em vigor entre as Partes Contratantes do Convênio que, até 30 de setembro de 1973, tenham notificado ao Secretário-Geral das Nações Unidas sua aceitação do Convênio, se nessa data, essas Partes Contratantes representarem, pelo menos, vinte Membros exportadores com a maioria dos votos dos Membros exportadores e, pelo menos, dez Membros importadores com a maioria dos votos dos Membros importadores. Para esse fim, a distribuição de votos será a que consta do Anexo 2 a esta Resolução.

3. Que a notificação feita por uma Parte Contratante de que aceita o Convênio prorrogado, observadas as suas competentes formalidades constitucionais, será considerada como equivalente em seus efeitos a uma notificação de aceitação, passando, por conseguinte, essa Parte Contratante, a ter todos os direitos e obrigações de um Membro. Caso, até 31 de março de 1974 ou até uma data posterior que venha a ser fixada pelo Conselho, não tiver sido recebida pelo Secretário-Geral das Nações Unidas confirmação de que aquelas formalidades constitucionais foram respeitadas, deixará essa Parte Contratante de participar de Convênio.

4. Dar instruções ao Diretor-Executivo para que transmita a presente Resolução ao Secretário-Geral das Nações Unidas, solicitando-lhe que, de acordo com o Artigo 71 do Convênio, notifique às Partes Contratantes o prazo por que é prorrogado o Convênio.

ANEXO 1

CONVÊNIO INTERNACIONAL DO CAFÉ DE 1968 PRORROGADO

PARTE A

O Convênio Internacional do Café de 1968 sofre as seguintes modificações:

PREÂMBULO:

Parágrafo 3: São suprimidas as palavras «à acumulação de onerosos estoques».

Parágrafo 4: O texto atual é suprimido.

Parágrafo 5: O texto atual é suprimido e substituído pelo seguinte:

«Verificando não ter sido possível completar as negociações de um novo Convênio Internacional do Café e que é necessário dispor de mais tempo para esse efeito.»

ARTIGO 1. O texto atual é suprimido e substituído pelo seguinte:

«Os objetivos do Convênio são:

- 1) preservar e promover entre produtores e consumidores o entendimento necessário à conclusão de um novo Convênio Internacional do Café e evitar as conseqüências, prejudiciais tanto para uns como para outros, que adviriam do termo da cooperação internacional;
- 2) conservar a Organização Internacional do Café:
 - a) como foro para a negociação de um novo convênio;
 - b) como centro competente e eficaz para coligir e disseminar informações estatísticas, sobre o comércio internacional de café, especialmente no respeitante a preços, exportações, importações, estoques, distribuição e consumo de café, e sobre produção e tendências de produção.»

ARTIGO 2

Parágrafo 4): O texto atual é suprimido e substituído pelo seguinte:

«Exportação de café» significa toda partida de café que deixa o território do país em que esse café é produzido, não se considerando, no entanto, como constituindo exportação a remessa de café de um território dependente de um Membro para a respectiva metrópole ou para outro de seus territórios dependentes, a fim de aí, ou em qualquer outro de seus territórios dependentes, ser consumido.»

Parágrafo 6): Depois das palavras «Membro significa uma Parte Contratante», acrescentar: «inclusive uma organização intergovernamental que, nos termos do Artigo 3, tenha aderido ao Convênio;»

Parágrafos 12), 15), 16) e 17): Suprimidos.

ARTIGO 3

Parágrafo 3): O texto atual é suprimido e substituído pelos seguintes parágrafos 3), 4) e 5):

«3) Toda referência feita neste Convênio a um governo deverá ser interpretada como extensiva à Comunidade Econômica Européia ou a qualquer organização intergovernamental que tenha competência comparável para negociar, concluir e aplicar convênios internacionais, em particular convênios sobre produtos de base. Em conseqüência, a referência no presente Convênio à adesão de um governo, nos termos do Artigo 63, será interpretada como referindo-se também à adesão de uma organização intergovernamental desse tipo.

«4) Tal organização intergovernamental não terá, por si só, voto algum, mas, caso se vote sobre assuntos de sua competência, poderá votar em nome de seus Estados membros, devendo emitir esses votos coletivamente. Nesse caso, os Estados membros dessa organização intergovernamental não poderão exercer individualmente seu direito de voto.

«5) O disposto no parágrafo 1) do Artigo 15 não se aplicará a uma tal organização intergovernamental, que poderá, contudo, participar nos debates da Junta Executiva sobre assuntos de sua competência. Caso se vote sobre assuntos de sua competência, e não obstante as disposições do parágrafo 1) do Artigo 18, os votos que os Estados membros estejam autorizados a emitir na Junta Executiva serão emitidos coletivamente por qualquer desses Estados.»

ARTIGO 5

Parágrafo 1): São suprimidas as seguintes palavras: «aprovação, ratificação,».

Parágrafo 2): A alínea a) é suprimida.

ARTIGO 12

Parágrafo 3): O texto atual é suprimido e substituído pelo seguinte:

«Os restantes votos dos Membros exportadores são os indicados no Anexo D.»

Parágrafo 6): A referência aos «Artigos 25, 38, 45, 48, 54 ou 59» é suprimida e substituída pela referência ao «Artigo 25».

ARTIGO 17

Parágrafo 2): São suprimidas as alíneas *b)*, *c)*, *d)*, *e)* e *g)*.

Alínea *j)*: São suprimidas as palavras «prorrogação ou».

ARTIGO 25

Parágrafo 3): São suprimidas as palavras «ou com os Artigos 38, 45, 48, 54 ou 59».

ARTIGOS 27–51. Suprimidos.

ARTIGOS 53–54. Suprimidos.

ARTIGO 55

Parágrafo 1): Na alínea *a)*, entre as palavras «à produção» e «aos preços» são inseridas as seguintes palavras: «às tendências de produção».

Parágrafo 2): Entre as palavras «a produção» e «as exportações» são inseridas as seguintes palavras: «as tendências de produção».

ARTIGO 57

Parágrafo 3): Suprimido.

ARTIGO 58. São suprimidas as palavras «de acordo com o Artigo 59».

ARTIGOS 59, 60, 61 e 62. Suprimidos.

ARTIGO 63

Parágrafo 1): O segundo período que começa em «Ao estabelecer tais condições. . .», e todos os períodos subseqüentes deste parágrafo são suprimidos.

ARTIGO 65

Parágrafo 1): São suprimidas as palavras «da assinatura, ou» e «aprovação, ratificação,». E inserida a palavra «prorrogado» depois da palavra «Convênio».

Parágrafo 2): São suprimidas as palavras «aprovação, ratificação,».

ARTIGO 69. O texto atual é suprimido* e substituído pelo seguinte:

«1) Respeitadas as condições do parágrafo 2), o Convênio prorrogado permanece em vigor até 30 de setembro de 1975, a menos que antes dessa data entre em vigor um novo convênio.

«2) O Conselho pode, a qualquer momento, por maioria dos Membros que detenham, pelo menos, a maioria distribuída de dois terços dos votos, terminar o Convênio, e, se assim o decidir, fixará a data em que o Convênio termina.

«3) O Conselho continuará em existência, não obstante haver terminado o Convênio, pelo tempo que for necessário para liquidar a Organização, encerrar suas contas e dispor de seus haveres; durante esse período, o Conselho tem os poderes e as funções que para isso sejam necessários.

«4) Por maioria de 58 por cento dos Membros que disponham de, pelo menos, uma maioria distribuída de 70 por cento da totalidade dos votos, pode o Conselho negociar um novo convênio que terá a duração que ele determinar.»

ARTIGO 71

No primeiro parágrafo: o ano de 1962 é substituído por 1968, e são suprimidas as palavras «aprovação, ratificação,» e «bem como as datas em que o Convênio entra em vigor provisória ou definitivamente.»

No segundo parágrafo: são suprimidas as seguintes palavras: «parágrafo 2) do Artigo 62,» e as palavras «é prorrogado ou terminado» são substituídas pela palavra «termina».

ARTIGO 72:

Parágrafo 2): É suprimido o texto atual e substituído pelo seguinte:

«2) A fim de facilitar a continuação ininterrupta do Convênio:

a) têm validade, a menos que hajam sido modificados por disposições do presente Convênio, todos os atos praticados pela Organização ou em seu nome, ou por

* O parágrafo 2) deste Artigo corresponde ao parágrafo 3) do Artigo 69 do Convênio de 1968 e o parágrafo 3) corresponde ao parágrafo 4) do Artigo 69 do Convênio de 1968.

qualquer de seus órgãos, que estejam em vigor em 30 de setembro de 1973 e em cujos termos não esteja estipulada para essa data a sua terminação. Com exceção do previsto nas alíneas b) e c) deste parágrafo, ficam expressamente revogados, a partir de 1º de outubro de 1973, todos os atos baseados nos artigos suprimidos do Convênio Internacional do Café de 1968.

- b) A partir de 30 de setembro de 1973, o Fundo de Diversificação continuará em existência pelo período que for necessário para proceder à sua liquidação, para saldar suas contas e para dispor de seu ativo. Para esse efeito, o Conselho poderá, durante aquele período, emendar os Estatutos conforme considerar necessário.
- c) A partir de 30 de setembro de 1973, o Comitê de Promoção Mundial do Café permanecerá em existência pelo período que for necessário para proceder à liquidação do Fundo de Promoção, para saldar suas contas e para dispor de seu ativo.
- d) Todas as decisões adotadas pelo Conselho durante o ano cafeeiro de 1972/73 para aplicação no ano cafeeiro de 1973/74 serão aplicadas em base provisória, como se a prorrogação de Convênio já estivesse em vigor.»

Suprimir o parágrafo que começa com as palavras «Em fé do que. . .»

No parágrafo final: As palavras «e russo» são suprimidas. Suprimir todas as palavras depois de «autenticadas a» substituindo-as pelas palavras seguintes: «todas as Partes Contratantes do Convênio.»

ANEXOS A, B e C. Suprimidos.

ANEXO D. Nqvo.

ANEXO D

PAÍSES EXPORTADORES: DISTRIBUIÇÃO DE VOTOS

País Exportador	Votos			País exportador	Votos		
	Básicos	Restantes	Total		Básicos	Restantes	Total
TOTAL	136	864	1.000				
Bolívia	4	—	4	Camarões			(15)
Brasil	4	327	331	Costa do Marfim			(46)
Burúndi	4	4	8	Daomé			(1)
Colômbia	4	109	113	Gabão			(1)
Costa Rica	4	17	21	República Centro- Africana			(3)
Equador	4	12	16	República Malgaxe			(14)
El Salvador	4	30	34	República Popular do Congo			(1)
Etiópia	4	23	27	Togo			(3)
Gana	4	—	4	Panamá	4	—	4
Guatemala	4	28	32	Paraguai	4	—	4
Guiné	4	2	6	Peru	4	12	16
Haiti	4	8	12	Portugal	4	43	47
Honduras	4	7	11	Quênia	4	13	17
Índia	4	7	11	República Dominicana	4	8	12
Indonésia	4	21	25	Ruanda	4	2	6
Jamaica	4	—	4	Serra Leoa	4	2	6
Libéria	4	—	4	Tanzânia	4	11	15
México	4	27	31	Trindade e Tobago	4	—	4
Nicarágua	4	9	13	Uganda	4	37	41
Nigéria	4	—	4	Venezuela	4	5	9
OAMCAF	4	84	88	Zaire	4	16	20
OAMCAF			(4)				

ANEXO 2
DISTRIBUIÇÃO DE VOTOS

<i>País</i>	<i>Expor- tador</i>	<i>Impor- tador</i>	<i>País</i>	<i>Expor- tador</i>	<i>Impor- tador</i>
Austrália	—	9	Noruega	—	16
Austria	—	13	Nova Zelândia	—	7
Bélgica*	—	27	OAMCAF	(88)	—
Bolívia	4	—	OAMCAF	(4)**	—
Brasil	331	—	Camarões	15	—
Burúndi	8	—	Costa do Marfim	46	—
Canadá	—	32	Daomé	1	—
Chipre	—	5	Gabão	1	—
Colômbia	113	—	República Centro-Africana .	3	—
Costa Rica	21	—	República Malgaxe	14	—
Dinamarca	—	24	República Popular do Congo	1	—
Ecuador	16	—	Togo	3	—
El Salvador	34	—	Países Baixos	—	42
Espanha	—	26	Panamá	4	—
Estados Unidos da América	—	386	Paraguai	4	—
Etiópia	27	—	Peru	16	—
Finlândia	—	21	Portugal	47	—
França	—	79	Quênia	17	—
Gana	4	—	Reino Unido	—	51
Guatemala	32	—	República Dominicana	12	—
Guiné	6	—	República Federal da		
Haiti	12	—	Alemanha	—	103
Honduras	11	—	Ruanda	6	—
Índia	11	—	Serra Leoa	6	—
Indonésia	25	—	Suécia	—	37
Israel	—	7	Suíça	—	23
Itália	—	54	Tanzânia	15	—
Jamaica	4	—	Tchecoslováquia	—	10
Japão	—	28	Trindade e Tobago	4	—
Libéria	4	—	Uganda	41	—
México	31	—	Venezuela	9	—
Nicarágua	13	—	Zaire	20	—
Nigéria	4	—			
			TOTAL	996	1,000

* Inclui o Luxemburgo.

** Votos básicos que não podem ser atribuídos a Partes Contratantes individuais de acordo com o Artigo 5 (4) (b).

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

RESOLUCIÓN NÚMERO 264

(Aprobada en la segunda sesión plenaria, el 14 de abril 1973)

PRÓRROGA DEL CONVENIO INTERNACIONAL DEL CAFÉ DE 1968

El Consejo Internacional del Café

Considerando que el Convenio Internacional del Café de 1968, con sujeción a las disposiciones del Artículo 69, permanecerá en vigor hasta el 30 de septiembre de 1973;

Que el tiempo necesario para negociar un nuevo Convenio y para llevar a efecto los trámites y procedimientos constitucionales de aprobación, ratificación o aceptación no permite que tal Convenio entre en vigor el 1 de octubre de 1973;

Que el párrafo 2) del Artículo 69 faculta al Consejo para prorrogar el Convenio Internacional del Café de 1968, con o sin modificaciones; y

Que, a fin de disponer de tiempo para la negociación de un nuevo Convenio, debe ser prorrogado el Convenio Internacional del Café de 1968,

Resuelve 1. Que, con las modificaciones que se especifican en el Anexo 1 de la presente Resolución, el Convenio Internacional del Café de 1968 sea prorrogado hasta el 30 de septiembre de 1975.

2. Que el Convenio Internacional del Café de 1968 prorrogado de conformidad con lo dispuesto en el párrafo 1 de la presente Resolución continuará en vigor entre las Partes Contratantes del Convenio que hayan notificado al Secretario General de las Naciones Unidas, a más tardar el 30 de septiembre de 1973, su aceptación de dicho Convenio, a condición de que, en esa fecha, dichas Partes Contratantes representen por lo menos veinte Miembros exportadores que tengan la mayoría de los votos de los Miembros exportadores, y por lo menos diez Miembros importadores que tengan la mayoría de los votos de los Miembros importadores. A este efecto, la distribución de votos será la que se indica en el Anexo 2 de la presente Resolución.

3. Que la notificación por una Parte Contratante de que acepta el Convenio prorrogado con sujeción a sus pertinentes procedimientos constitucionales se considerará que tiene los mismos efectos que una notificación de aceptación y, por consiguiente, la Parte Contratante de que se trate tendrá todos los derechos y obligaciones correspondientes a un Miembro. Si, a más tardar el 31 de marzo de 1974, o en la fecha posterior que el Consejo pudiere decidir, el Secretario General de las Naciones Unidas no hubiere recibido confirmación de que se han llevado a término dichos procedimientos constitucionales, la Parte Contratante de que se trate dejará inmediatamente de participar en el Convenio.

4. Dar instrucciones al Director Ejecutivo para que transmita la presente Resolución al Secretario General de las Naciones Unidas con el ruego de que, de conformidad con las disposiciones del Artículo 71 del Convenio, notifique a las Partes Contratantes la fecha hasta la cual queda prorrogado el Convenio.

ANEXO 1

CONVENIO INTERNACIONAL DEL CAFÉ DE 1968 PRORROGADO

PARTE A

El Convenio Internacional del Café de 1968 queda modificado como sigue:

PRÉAMBULO

Párrafo 3: Se suprimen las palabras «a la acumulación de existencias onerosas..

Párrafo 4: Se suprime el texto actual.

Párrafo 5: Se suprime el texto actual, reemplazándolo por el siguiente:

«Teniendo en cuenta que no ha sido posible llevar a término la negociación de un nuevo Convenio Internacional del Café y que se requiere tiempo adicional para ese objeto.»

ARTÍCULO 1. Se suprime el texto actual, reemplazándolo por el siguiente:

«Los objetivos del Convenio son:

- 1) Conservar y fomentar el entendimiento entre productores y consumidores necesario para concertar un nuevo Convenio Internacional del Café y para evitar las consecuencias perjudiciales para ambos que resultarían de la terminación de la cooperación internacional;
- 2) Conservar la Organización Internacional del Café:
 - a) como foro para la negociación de un nuevo Convenio;
 - b) como centro competente y eficaz para la reunión y difusión de información estadística sobre el comercio internacional del café, y en particular sobre precios, exportaciones, importaciones, existencias, distribución y consumo de café, así como sobre producción y tendencias de la producción.»

ARTÍCULO 2

Párrafo 4): Se suprime el texto actual, reemplazándolo por el siguiente:

«Exportación de café» significa cualquier partida de café que salga del territorio del país donde fue producido, con la excepción de que las partidas de café procedentes de cualquiera de los territorios dependientes de un Miembro y destinadas a su territorio metropolitano o a otro de sus territorios dependientes para el consumo interno en el mismo, o para el consumo en cualquiera de los demás territorios dependientes, no se considerarán exportaciones de café.»

Párrafo 6): Se añaden, a continuación de las palabras «Miembro: una Parte Contratante», las palabras: «incluso una organización intergubernamental que, de conformidad con lo dispuesto en el Artículo 3, se haya adherido al Convenio;»

Párrafos 12), 15), 16) y 17): Se suprimen.

ARTÍCULO 3

Párrafo 3): Se suprime el texto actual, sustituyéndolo por los siguientes nuevos párrafos 3), 4) y 5):

«3) Toda referencia que se haga en el presente Convenio a la palabra Gobierno será interpretada en el sentido de que incluye una referencia a la Comunidad Económica Europea o a una organización intergubernamental con competencia comparable en lo que respecta a la negociación, celebración y aplicación de convenios internacionales, en particular de convenios sobre productos básicos. En consecuencia, toda referencia en el presente Convenio a la adhesión por un Gobierno en virtud de las disposiciones del Artículo 63 será interpretada en el sentido de que incluye una referencia a la adhesión por una organización intergubernamental de tal naturaleza.

«4) Una organización intergubernamental de tal naturaleza no tendrá voto alguno, pero, en caso de que se vote sobre cuestiones de su competencia, estará facultada para depositar los votos de sus Estados miembros y los depositará colectivamente. En ese caso, los Estados miembros de esa organización intergubernamental no estarán facultados para ejercer individualmente su derecho de voto.

«5) Lo dispuesto en el párrafo 1) del Artículo 15 no se aplicará a una organización intergubernamental de tal naturaleza, pero ésta podrá participar en los debates de la Junta Ejecutiva sobre cuestiones de su competencia. En caso de que se vote sobre cuestiones de su competencia, y sin perjuicio de las disposiciones del párrafo 1) del Artículo 18, los votos que sus Estados miembros estén facultados para depositar en la Junta Ejecutiva serán depositados colectivamente por cualquiera de esos Estados miembros.»

ARTÍCULO 5

Párrafo 1): Se suprimen las siguientes palabras: «aprobación, ratificación».

Párrafo 2): Se suprime el apartado a).

ARTÍCULO 12

Párrafo 3): Se suprime el texto actual, reemplazándolo por el siguiente:

«Los restantes votos de los Miembros exportadores serán los que se especifican en el Anexo D.»

Párrafo 6): Se suprimen las palabras «de los Artículos 25, 38, 45, 48, 54 ó 59» reemplazándolas por «del Artículo 25».

ARTÍCULO 17

Párrafo 2): Se suprimen los apartados *b)*, *c)*, *d)*, *e)*, y *g)*.

Se suprime del apartado *j)* las palabras «prórroga o».

ARTÍCULO 25

Párrafo 3): Se suprimen las palabras «o de los Artículos 38, 45, 48, 54 ó 59».

ARTÍCULOS 27–51. Se suprimen.

ARTÍCULOS 53–54. Se suprimen.

ARTÍCULO 55

Párrafo 1): Apartado *a)*: Se insertan las palabras «las tendencias de la producción, los precios,» entre las palabras «la producción,» y «las exportaciones».*

Párrafo 2): Se insertan las palabras «tendencias de la producción,» entre las palabras «producción,» y «exportaciones.»

ARTÍCULO 57

Párrafo 3): Se suprime.

ARTÍCULO 58. Se suprimen las palabras «de conformidad con el Artículo 59».

ARTÍCULOS 59, 60, 61 y 62. Se suprimen.

ARTÍCULO 63

Párrafo 1): Se suprimen la segunda frase, que comienza con las palabras «Si se trata de un país exportador», y todas las frases que siguen en el mismo párrafo.

ARTÍCULO 65

Párrafo 1): Se suprimen las palabras «de la firma o» y «aprobación, ratificación,». Se inserta la palabra «prorrogado» a continuación de la palabra «Convenio».

Párrafo 2): Se suprimen las palabras «aprobación, ratificación,».

ARTÍCULO 69. Se suprime el texto actual*; sustituyéndolo por el siguiente:

«1) El Convenio prorrogado, con sujeción a las disposiciones del párrafo 2), permanecerá vigente hasta el 30 de septiembre de 1975 o hasta que un nuevo Convenio haya entrado en vigor, si esto ocurriere en fecha anterior.

«2) El Consejo podrá en cualquier momento, mediante el voto afirmativo de una mayoría de los Miembros que representen por lo menos una mayoría distribuida de dos tercios del total de los votos, declarar terminado el Convenio, con efecto en la fecha que determine el Consejo.

«3) A pesar de la terminación del Convenio, el Consejo seguirá existiendo todo el tiempo que se requiera para liquidar la Organización, cerrar sus cuentas y disponer de sus haberes, y tendrá durante dicho periodo todas las facultades y funciones que sean necesarias para tales propósitos.

«4) El Consejo podrá, mediante el voto afirmativo del 58 por ciento de los Miembros, que representen por lo menos una mayoría distribuida del 70 por ciento del total de los votos, negociar un nuevo Convenio por el periodo que determine el Consejo.»

* En la versión en español de los Convenios de 1962 y 1963 falta la palabra «precios», que se incluye en la presente modificación para obviar la omisión.

** Debe observarse que el párrafo 2) del presente texto corresponde al párrafo 3) del Artículo 69 del Convenio de 1968, y que el párrafo 3) corresponde al párrafo 4) del Artículo 69 del Convenio de 1968.

ARTÍCULO 71

Primera frase: Se suprime la fecha «1962», sustituyéndola por «1968». Se suprimen las palabras «aprobación, ratificación,» y «así como la fecha en que el Convenio entrará en vigor provisional y definitivamente».

Segunda frase: Se suprimen las palabras «del párrafo 2) del Artículo 62,» y «se considerará prorrogado o». Se inserta antes de la palabra «terminado», la palabra «quedará».

ARTÍCULO 72

Párrafo 2): Se suprime el texto actual reemplazándolo por el siguiente:

«2) Con el objeto de facilitar la continuación sin interrupción del Convenio:

- a) Todas las medidas adoptadas por la Organización, o en nombre de la misma, o por cualquiera de sus órganos que estén en vigor el 30 de septiembre de 1973, y en cuyos términos no se haya estipulado su expiración en esa fecha, permanecerán en vigencia a menos que hayan sido modificadas en virtud de las disposiciones del presente Convenio. Todas las medidas que se basen en los artículos suprimidos en el Convenio Internacional del Café de 1968 quedan expresamente derogadas a partir del 1 de octubre de 1973, excepto por lo que se refiere a lo previsto en los apartados b) y c) del presente párrafo.
- b) Con posterioridad al 30 de septiembre de 1973, el Fondo de Diversificación seguirá existiendo todo el tiempo que se requiera para llevar a efecto su liquidación, cerrar sus cuentas y disponer de sus haberes. Durante ese período, el Consejo podrá adoptar las enmiendas a los Estatutos que estime necesarias para tales fines.
- c) Con posterioridad al 30 de septiembre de 1973, el Comité de Promoción Mundial del Café seguirá existiendo todo el tiempo que se requiera para llevar a efecto la liquidación del Fondo de Promoción, cerrar sus cuentas y disponer de sus haberes.
- d) Todas las decisiones adoptadas por el Consejo durante el año cafetero 1972/73 para su aplicación en el año cafetero 1973/74 se aplicarán a título provisional como si la prórroga del Convenio hubiere tenido efecto.»

El párrafo que comienza con las palabras: «En fe de lo cual. . .», se suprime.

Ultimo párrafo: Se suprime la referencia al idioma ruso; se suprimen las palabras «Gobierno signatario o que se adhiera al», sustituyéndolas por «Parte Contratante del».

ANEXOS A, B y C. Se suprimen.

ANEXO D. Se añade.

ANEXO D

PAÍSES EXPORTADORES: DISTRIBUCIÓN DE VOTOS

País exportador	Votos			País exportador	Votos		
	Básicos	Restantes	Total		Básicos	Restantes	Total
TOTAL	136	864	1.000				
Bolivia	4	—	4	Guinea	4	2	6
Brasil	4	327	331	Haití	4	8	12
Burundi	4	4	8	Honduras	4	7	11
Colombia	4	109	113	India	4	7	11
Costa Rica	4	17	21	Indonesia	4	21	25
Ecuador	4	12	16	Jamaica	4	—	4
El Salvador	4	30	34	Kenia	4	13	17
Etiopía	4	23	27	Liberia	4	—	4
Ghana	4	—	4	México	4	27	31
Guatemala	4	28	32	Nicaragua	4	9	13
				Nigeria	4	—	4

ANEXO D (continued)

PAÍSES EXPORTADORES: DISTRIBUCIÓN DE VOTOS

País exportador	Votos			País exportador	Votos		
	Básicos	Restantes	Total		Básicos	Restantes	Total
OAMCAF	4	84	88	Paraguay	4	—	4
OAMCAF			(4)	Perú	4	12	16
Camerún			(15)	Portugal	4	43	47
Congo, República Popular			(1)	República Dominicana	4	8	12
Costa de Marfil			(46)	Rwanda	4	2	6
Dahomey			(1)	Sierra Leona	4	2	6
Gabón			(1)	Tanzania	4	11	15
República Centroafricana .			(3)	Trinidad y Tabago	4	—	4
República Malgache			(14)	Uganda	4	37	41
Togo			(3)	Venezuela	4	5	9
Panamá	4	—	4	Zaire	4	16	20

ANEXO 2
DISTRIBUCIÓN DE VOTOS

País	Exporta- dores	Importa- dores	País	Exporta- dores	Importa- dores
Australia	—	9	Japón	—	28
Austria	—	13	Kenia	17	—
Bélgica	—	27	Liberia	4	—
Bolivia	4	—	México	31	—
Brasil	331	—	Nicaragua	13	—
Burundi	8	—	Nigeria	4	—
Canadá	—	32	Noruega	—	16
Colombia	113	—	Nueva Zelanda	—	7
Costa Rica	21	—	OAMCAF	(88)	—
Checoslovaquia	—	10	OAMCAF	(4)**	—
Chipre	—	5	Camerún	15	—
Dinamarca	—	24	Congo, Rep. Popular ...	1	—
Ecuador	16	—	Costa de Marfil	46	—
El Salvador	34	—	Dahomey	1	—
España	—	26	Gabón	1	—
Estados Unidos de América	—	386	República Centro- africana	3	—
Etiopía	27	—	República Malgache	14	—
Finlandia	—	21	Togo	3	—
Francia	—	79	Países Bajos	—	42
Ghana	4	—	Panamá	4	—
Guatemala	32	—	Paraguay	4	—
Guinea	6	—	Perú	16	—
Haití	12	—	Portugal	47	—
Honduras	11	—	Reino Unido	—	51
India	11	—	República Dominicana	12	—
Indonesia	25	—	República Federal de Alemania	—	103
Israel	—	7	Rwanda	6	—
Italia	—	54			
Jamaica	4	—			

* Incluye Luxemburgo.

** Votos básicos que, en virtud de lo dispuesto en el apartado b) del párrafo 4) del Artículo 5, no pueden asignarse a partes contratantes individuales.